

SUJEITO GLOBALIZADO E MUNDO DO TRABALHO

André Boccasius Siqueira¹

Resumo: Alguns estudiosos, sobretudo sociólogos, são a favor do modelo denominado globalização e outros fazem grandes dissertações e análises a partir de outra posição político-ideológica. Buscou-se nos escritos de importantes pesquisadores, opiniões que se contradizem ou que se completam, tais como as de Anthony Giddens, Boaventura de Souza Santos e Zygmunt Bauman. Poderia caracterizar o primeiro como incentivador e os demais como críticos de tal leitura da atualidade. Enfatiza-se, nesta breve reflexão, a globalização e as relações sobre o trabalho na atualidade.

Palavras-chave: Globalização; ambiguidade; mundo do trabalho.

Abstract: Some scholars, overall sociologists, are in favor of the model denominated by globalization, others do great dissertations and analyzes through other politic-ideological position. It was searched in the writings of important researchers, opinions that contradicts or complete themselves, as Anthony Giddens, Boaventura de Souza Santos e Zygmunt Bauman. It could be characterized the first author as an encourager and the others as critical of today's interpretation. It is over work in actual emphasized, in this brief reflection, globalization and relations about today's work.

Keywords: Globalization; ambiguity; working world.

Para o sociólogo inglês Anthony Giddens (1991, p.69), a globalização pode “ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Trata-se de um “processo dialético” (*Ibidem*) uma vez que os “acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, p.70). Acerca do que explanou Giddens, Santos (2002) afirma que “o local e o global são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização” (p. 63). E, seguindo sua

¹ Doutor em Educação/UNISINOS. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação-UNISUL. E-mail: siqueira.andre@unisul.br; aboccasius@yahoo.com.br

análise, afirma que “não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginária, uma inserção cultural específica” (*Id.*). Em outras palavras, a globalização compreende trocas locais fortemente relacionadas com o que acontece muito distante e muito próximas do foco dos acontecimentos. Talvez seja por esse motivo que “muitos dos novos riscos e incertezas nos afetam onde quer que vivamos, não importa quão privilegiados ou carentes sejamos. Eles estão inextricavelmente ligados à globalização” (GIDDENS, 2005, p.15).

“A globalização está reestruturando o modo como vivemos, e de uma maneira muito profunda” (GIDDENS, 2005, p.15). Modos de vida de tempos passados e do presente estão sendo deixados de lado uma vez que as pessoas adquirem novos hábitos e novas formas de viver em sociedade. Ademais, “a globalização influencia a vida cotidiana tanto quanto eventos que ocorrem numa escala global” (*Idem*). Ou seja, a globalização está abrindo não somente o mercado comercial entre países, que até então não possuíam convênios culturais, sociais, comerciais ou políticos, para, a partir das últimas três décadas, acontecer paulatinamente uma abertura de novas fronteiras ou fronteiras que eram intransponíveis na qual as tradições locais sejam amalgamadas por tradições de outros países. Tal fato causa, no meu entender, um desconforto àqueles que não compreendem o processo de globalização dos bens culturais, em outras palavras, a escala global afeta o local, que pode chegar à população de diversos modos.

Há que se pensar, também, que “com o processo de globalização e das sociedades integradas em redes nesta época da informação” (FERNANDEZ, 2007, p.39), quer seja via *web*, filmes hollywoodianos, mídia televisiva e impressa, “o conceito de espaço está mudando aceleradamente e, embora os países mantenham formalmente as fronteiras territoriais, o capital e as sociedades funcionando em rede vão diluindo essas fronteiras nos territórios geográficos e tornando o mundo menos regional, menos nacional e mais global” (*Id.*).

Neste sentido, Giddens (2005, p.16) diz que a globalização está ameaçando o modo de vida das pessoas em geral, bem como as tradições locais no que se refere à “família tradicional” e “outras tradições” como as associações religiosas. Incluo nesta listagem do autor, o Mundo do Trabalho, em que as pessoas estão desesperadas em busca de aperfeiçoamento profissional.

Para Giddens (2005, p.17), em nossos dias, “vivemos num mundo de transformações, que afetam quase todos os aspectos do que fazemos”. Tal afirmação nos leva a pensar que há uma onda global que promove a modificação de aspectos consolidados pela sociedade. Tais aspectos são “para bem ou para mal”, impelindo “rumo a uma ordem global que ninguém compreende plenamente mas cujos efeitos se fazem sentir sobre todos nós” (*Idem*). Não se sabe explicar muito bem do que se trata, mas todos nós, seres humanos, vivemos neste período de transformações e acredito que grande parte da população mundial também sente tais modificações. No meu ponto de vista tais sentimentos estão ligados com a abertura cultural, uma vez que as tradições locais sofrem influências das globais e, num processo de acultramento ou incorporação sutil de outras culturas, as pessoas sentem um mal estar que não conseguem explicar claramente.

O autor critica os céticos, pois a noção de globalização, que eles transmitem às pessoas em geral, é de “uma ideologia espalhada por adeptos do livre mercado que desejam demolir sistemas de previdência social e reduzir despesas do Estado” (GIDDENS, 2005, p.19). E continua afirmando que “é errado pensar que a globalização afeta unicamente os grandes sistemas, como a ordem financeira mundial” (*Idem*, p.22), ou seja, outros setores também afeta. Neste sentido, “a globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá ‘aqui dentro’, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas” (*Idem*).

O que parecia ser um movimento controlado por grandes empresas, que simplesmente quisessem se introduzir em novos mercados com suas sedes localizadas em uma potência do considerado hemisfério norte, engana-se, pois “a globalização está se tornando cada vez mais descentralizada – não submetida ao controle de nenhum grupo de nações e mesmo ainda das grandes empresas” (*Id.*, p.26). É um movimento diluído também nos países não considerados potências mundiais, tendo em vista que “seus efeitos são sentidos tanto nos países ocidentais quanto em qualquer outro lugar” (*Id.*), pois, compreendo que não há um único sentido da avalanche de informações que as pessoas recebem diariamente, sejam elas via *web* ou meios de comunicação (como rádio, televisão, revistas, jornais, *outdoors*,

cartazes em ônibus e em trem, mala direta por correios ou por correio eletrônico, *chates* etc.).

Ao mesmo tempo, “para onde quer que olhemos, vemos instituições que, de fora, parecem as mesmas de sempre, e exibem os mesmos nomes, mas que por dentro se tornam muito diferentes” (Idem, p.28). Nos dias atuais, “continuamos a falar da nação, da família, do trabalho, da tradição, da natureza, como se todos continuassem iguais ao que foram no passado. Não continuam. A casca permanece, mas por dentro eles mudaram” (Id.). Tais instituições são denominadas por Giddens como “‘instituições-casca’ – instituições que se tornaram inadequadas para as funções que são chamadas a desempenhar” (Id.), isto é, vários modos de agirmos estão modificando com a globalização. No entanto, os modos como os sujeitos agem são, digamos, incentivados por uma gama de propagandas sutis, amalgamadas nos programas de televisão, como chavões que grande parte das pessoas usam por imaginar que desse modo estarão incluídas; ou usar uma marca de roupa ou objeto porque determinado artista usa e faz acreditar que fica bem para ele; ou viajar para qualquer lugar só para contar que viajou e também imaginar que está incluído somente por ter o que contar.

Giddens (2005, p.28) coloca-se na linha de frente de defesa desse megamovimento mundial de globalização afirmando que “à medida que ganhamos força, as mudanças” que ocorrem por todos os lados, “estão criando algo que nunca existiu antes, uma sociedade cosmopolita global” (Id.). O autor defende a integração que leva, no meu modo de entender, à homogeneização da população mundial. Diferentemente do que aconteceu na Europa dos séculos XI e seguintes, conforme Elias (1996) a mercantilização ou globalização está atingindo outros continentes, não somente o europeu. Giddens (2005, p.28) continua seu pensamento defendendo tal processo, afirmando que “somos a primeira geração a viver nessa sociedade, cujos contornos até agora só podemos perceber indistintamente. Ela está sacudindo nosso modo de vida atual, não importa o que sejamos”, ou em que local do planeta que estejamos. “Não se trata – pelo menos no momento – de uma ordem global conduzida por uma vontade humana coletiva. Ao contrário, ela está emergindo de uma maneira anárquica, fortuita, trazida por uma mistura de influências” (Idem) e que a sentimos em nosso dia-a-dia, nas instituições públicas, na educação, no mundo

do trabalho, na ecologia, na produção de grãos, na economia, na política, enfim, “os processos de globalização mostram-nos que estamos perante um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2002, p.26).

Além do mais, na visão que considero como pessimista de Giddens (2005, p.29), “a impotência que experimentamos não é um sinal de deficiências individuais, mas reflete a incapacidade de nossas instituições”. Ele conclama a todos para “reconstruir as que temos, ou criar novas. Pois a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora” (*Ibidem*).

Giddens (2005, p.53) enumera que, com o impacto da globalização, estão ocorrendo “duas mudanças básicas”, uma nos países ocidentais, “não só as instituições públicas mas também a vida cotidiana estão se libertando do domínio da tradição”. E, em outras sociedades “que continuaram mais tradicionais, a força das tradições está declinando” (*Id.*). Ele acredita que estas mudanças estão “no cerne da sociedade cosmopolita global em emergência” (*Id.*).

O autor sugere uma abertura cultural daquelas sociedades mais tradicionais, pois “à medida que o papel da tradição muda, [...] novas dinâmicas são introduzidas em nossas vidas” (GIDDENS, 2005, p.55). E ele conclama desafiando as sociedades a uma reflexão naquelas que permitiram o recuo da tradição: “ali onde a tradição recuou, somos forçados a viver de maneira mais aberta e reflexiva” (*Idem*). Nessa afirmação pode-se perceber um preconceito ao outro, ao diferente, em busca de uma homogeneização geral, porque o modelo que ele defende é o ideal para todos e que leva a uma sociedade que, no entender dele, é mais aberta e reflexiva. Entendo o contrário, pois com a abertura das sociedades há uma massificação muito maior do sujeito e, ademais, há a necessidade de maior atenção constantemente no seu dia-a-dia para não ser envolvido ingenuamente nas armadilhas midiáticas. Talvez quando o autor afirma que “onde a tradição recuou” tenha sido englobada pela insistência cultural, econômica, política e, por conseguinte, social.

No que se refere à cultura, Éster Díaz (1999), vai denominar este período como “marasmo pós-moderno” sendo “o resultado da hipertrofia de uma cultura ávida de novidades” (p.19). Ou seja, precisamos ou sentimos a necessidade de novas

informações a todo o momento acerca dos acontecimentos, algo que pode ser feito via rede mundial de computadores. Necessidades tais que nos obriga acessar sítios de jornais e revistas de vários países a fim de nos mantermos “informados” ou assinarmos canais de televisões a cabo para assistir os canais de notícias 24 horas. É um dos preços da revolução tecnológica deste período que vários autores denominam por pós-modernidade e,

o impacto das revoluções culturais sobre as sociedades globais e a vida cotidiana local, no final do século XX, parece tão significativo e abrangente que justifica a afirmação de que a substantiva expressão da “cultura” que hoje experimentamos não tem precedentes. Mas a menção de seu impacto na “vida interior” lembra-nos de outra dimensão que precisa ser considerada: a centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como ator social (HALL, 1997, p. 23-24).

Em uma visão mais plástica sobre a fronteira, Ribeiro (2002, p.487) traz que “uma noção de cultura indissociável da noção de fronteira: se a fronteira pode transpor-se, é porque existe, e o acto de transpô-la não a anula, pelo contrário, confirma-a e, muitas vezes, multiplica-a”. A fronteira, não é engessada, é móvel, dinâmica, efêmera; não reconhecendo os limites políticos nem econômicos, somente culturais. Acerca dessa visão do autor, concordo quando a cultura ou as representações culturais não interferem as especificidades culturais do outro, quando uma completa ou se soma à outra, sem que haja imposição daquela exterior sobre a já existente na constituição daquela cultura. No entanto, tal proposição, na atualidade, é preticamente uinócua pois a junção ou a introdução de novos aspectos culturais sobre a dinâmica social e cultural de uma comunidade, por si smente já interfere, já modifica o modo de agir dos integrantes daquela sociedade. Não raramente modificamos nossos modos de agir para estar inseridos na nova sociedade que se forma ou que se rearranja. Nem melhor, nem pior, porém nova.

Boaventura de Souza Santos (2002, p.26) tem um ponto de vista muito peculiar. Diagnostica que a globalização que ocorre nas últimas três décadas “parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro”. Além disso, há outras transformações, tais como o

aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional etc (*Id.*).

No entender de Santos (*op. cit.*, p.27), a globalização não é uma simples mudança de tradição como se viu acima, mas envolve “um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro”. Poder-se-ia dizer que a globalização iniciou a partir de uma reunião de lideranças mundiais ocorrida nos anos de 1980, nos Estados Unidos da América do Norte, conhecido como “*Consenso Neoliberal*” ou “*Consenso de Washington*”. Este encontro delineou as diretrizes para os anos seguintes para a economia em âmbito mundial, as políticas de desenvolvimento dos países periféricos e, como um direcionamento específico, as funções do Estado na economia. Se não fosse somente isto, exerceu influências, por conseguinte, nas relações sociais, na ecologia, enfim, em todas as áreas de desenvolvimento e de relações globais e locais.

Talvez seja simplista querer localizar em determinado instante como o princípio do movimento de globalização. No entanto, a partir da Segunda Grande Guerra Mundial até o início da década de 1980, o mundo foi dividido nas duas grandes potências: “Primeiro Mundo” liderado pelos EUA e o “Segundo Mundo”, tendo como líder a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A América Latina, ou seja, o México, a América Central e a do Sul estavam sob a égide do 1º Mundo, que era, sobretudo, regido pelo sistema capitalista. Exceto o país de Cuba, situado na América Central, que se filiou ao chamado 2º Mundo sob o regime socialista.

Mudanças políticas, econômicas e sociais começaram a ocorrer de maneira tênue, tanto de um lado quanto de outro, porém, a partir do *Consenso de Washington* as principais características da economia mundial passaram a ser melhor visualizadas. No entender de Santos, destacam-se:

Economia dominada pelo sistema financeiro mundial e pelo investimento à escala global; processos de produção flexível e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismos transnacionais: o americano, baseado nos EUA e nas relações privilegiadas deste país com o Canadá, o México e a América Latina; o japonês, baseado no Japão e nas suas relações privilegiadas com os quatro pequenos tigres e com o resto da Ásia; e o europeu, baseado na União europeia e nas relações privilegiadas desta com a Europa de Leste e com o Norte de África (SANTOS, 2002, p.29).

Tais transformações estão sendo sentidas ainda neste início do século XXI de forma bastante desigual, isto é, as políticas econômicas dos países considerados menos desenvolvidos são diretamente influenciadas pelas orientações daqueles que direcionam o processo de globalização, como exemplo do setor econômico, as empresas transnacionais. No entanto,

As políticas neoliberais, decididas e impostas pelos centros do poder financeiro transnacional e que foram batizadas como ‘globalização’, têm uma característica fundamental: não tornam explícitos seus objetivos. O Neoliberalismo é uma doutrina que, em nome do Capitalismo do século XXI, pretende reordenar a economia mundial, mas que de fato está sustentando uma verdadeira guerra econômica das grandes empresas transnacionais contra a maioria da população, que são os assalariados (GARRIDO, 1999, p.10).

As transformações do processo econômico e político mundial acarretam numerosas modificações na estrutura dos países, pois se submetem às políticas impostas pelos órgãos internacionais de fomento, que estão a serviço dos grandes centros econômicos mundiais, dentre elas, destaco apenas três, que considero pertinente para esta reflexão: “as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais” (SANTOS, 2002, p.29). Ora, com esta tendência, vários setores produtivos nacionais tiveram grandes perdas e quedas, com falência de empresas locais muito antigas. Ao mesmo tempo, “deve ser dada prioridade à economia de exportação” (*Idem*) a preços de mercado, ou seja, valor mínimo². As empresas

² Enquanto que o Brasil se torna recordista em exportação de grãos, nos damos conta de que esse ato é às custas da destruição dos ambientes naturais, como encostas de morros, florestas, matas ciliares, campos, isto é,

receberam incentivos para a exportação, enquanto que o comércio de seus produtos no país reduziu consideravelmente. E, por fim, a última modificação imposta, a que se relaciona diretamente com a população de baixa renda, pois deve reduzir-se “o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela actuação do mercado” (SANTOS, 2002, p.30). Do exposto acima se observa que os estados nacionais perderam seu poder de decisão, sendo regidos pelo mercado econômico e políticos mundiais, como exemplo, a América Latina,

como o resto do planeta, vive um momento de redefinição porque os governos de quase todos os países, seguindo as linhas do FMI e do Banco Mundial, aprofundaram, nas últimas décadas do século XX, as políticas econômicas neoliberais, que levaram a um maior empobrecimento da população e também a uma reversão dos antigos Estados nacionais (GARRIDO, 1999, p.9).

Tais políticas neoliberais atravessaram o século XXI e fazem-se presentes nos dias atuais com objetivos cada vez mais mascarados, tendenciosos e, por vezes, perversos, pois destrói as economias nacionais pouco consolidadas e impõe as decisões do império. Concordo com Díaz (1999, p. 18) quando afirma que “a tão sonhada globalização não faz mais do que clarear a própria falácia: globaliza-se o domínio neoliberal, mas cada vez existe mais renda concentrada em poucos e hoje, por conseguinte, maiores (ou mais condensados) bolsões de pobreza”. Entretanto, o governo federal atual tenta de várias formas frear grande parte da crise mundial com campanhas e programas governamentais para minimizar as necessidades básicas da população menos favorecida ou mais carente sob o ponto de vista social.

Seguindo esta reflexão no âmbito social, as desigualdades entre países ditos centrais e periféricos, ou semi-periféricos, acentua-se cada vez mais. Os primeiros ditam as regras aos demais. Entretanto, tais regras são sutis, chegam até as demais nações através dos mecanismos ou institutos que financiam suntuosos empréstimos

diversificados ecossistemas naturais que não serão novamente recuperados, por conta desta monocultura de exportação.

realizados junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, ou em transações realizadas sob as normas da Organização Mundial do Comércio. Além disso, as empresas multinacionais também ditam seus preceitos.

Os países não centrais ficam, desta maneira, estritamente dependentes daqueles. Internamente, criam-se elites capitalistas locais. Segundo Santos (2002, p.32), “falam de uma emergente burguesia de executivos, uma nova classe social saída das relações entre sector administrativo do Estado e as grandes empresas privadas ou privatizadas”, ou seja, “uma nova classe social” (*Ibidem*, p. 33) formada por grupos locais, sobretudo de empresários, dirigentes de estatais privatizadas, de partidos políticos e de grupos multinacionais.

O surgimento da nova classe social não é apenas uma questão do nascimento de “novos ricos”, isto acarreta, na prática, em uma maior desigualdade social interna, naqueles países não centrais, como é o caso do Brasil e destes em relação aos centrais. Com esta falta de igualdade, ou iniquidade, cresce a pobreza de modo geral nos países periféricos e semiperiféricos. É nesta direção que reflete Santos (2002, p.35): “a nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”. O emprego, como se verá a seguir, modificou o foco e as novas frentes de trabalho exigem trabalhadores melhor qualificados para as novas exigências da empresa, há que ter novas aptidões ou novas competências para o trabalho.

No contexto da soberania nacional, os países, sobretudo periféricos aos centros econômicos, são regulados econômica e politicamente por corporações internacionais, ou seja, por empresas multinacionais que regulam os mercados e as políticas internas. Tal adaptação se dá através das políticas de “ajustamento estrutural” e de “estabilização macroeconômica” que são “impostas como condição para a negociação da dívida externa” as quais “cobrem um enorme campo de intervenção econômica, provocando enorme turbulência no contrato social, nos quadros legais e nas molduras institucionais” (SANTOS, 2002, p.38).

Neste processo de globalização o trabalho enfrenta um “processo de homogeneização e cria tensões heterogêneas” (BRUNETTI, 1995, p.43), ou seja, ele promove o crescimento econômico em uma região e não em outra, mas que, com a

abertura do mercado por um bloco grande de países, acelera o consumo e a economia. Processos de crescimento econômico através de produção e consumo acontece em todo o lugar, mas não de forma homogênea, não no mesmo instante nem relacionado aos mesmos aspectos. É um processo global, mas não integrado nem homogêneo, pode-se dizer, então, que é considerado desigual e desencontrado. Há tencionamentos singulares e particularidades, para cada região, para cada ocasião. Neste sentido, a globalização é o ponto alto do atual processo de internacionalização da economia do mundo capitalista, ou seja, há uma tentativa de transformar o mundo em um grande mercado comercial. E, na compreensão de Brunetti (*op. cit.*, p.43), “em reforço desta tendência à mundialização dos mercados” é que emergiu o “mercado mundial de trabalho” (*Id.*).

Há uma grande tendência, segundo o autor, para que “os trabalhadores passam a ser o centro gravitacional da força de trabalho em lugar do trabalhador tradicional” (BRUNETTI, 1995, p.47) e, com isso, “simultaneamente, o comércio internacional de serviços passa a crescer mais rapidamente que o de mercadorias” (*Idem*). Apesar disso, a indústria continua sendo o veículo de crescimento econômico mundial. Entretanto, o desenvolvimento de tecnologia, sobretudo na área eletrônica, desenvolveu computadores cada vez mais potentes e, promovendo a automação das empresas. Nos dias atuais há o desemprego também de trabalhadores especializados (ANTUNES, 1986, 1998).

No final do século XIX e início do XX teve seu apogeu o modelo fordista com a produção em grande escala e produção em massa. Neste período a produção passa por uma grande transformação: a produção em lotes. Trata-se de uma mudança não apenas semântica, ou seja, produção em massa para em lotes, mas que contribui para a criação e fabricação de modelos de produtos cada vez mais diferentes no mesmo lote de fabricação. Antes, no modelo fordista, a fabricação em série ou em massa não permitia essa prática. Tal modelo tem sido permitido tendo em vista o desenvolvimento e a modernização da informática (BRUNETTI, 1995; LIMA, 1999). Esta mudança de produção para lotes permite grande economia de custos na produção, redução de matéria-prima e de energia, pois a fabricação passa a ser em pequenas quantidades, evitando, desse modo, a necessidade de haver grandes estoques no local de fabricação.

No entender de Brunetti (*op. cit.*, p.50), há “o novo modelo tecnoeconômico” que “implica num novo modelo administrativo de máxima flexibilidade”. Em outras palavras, “estoque mínimo, defeito zero, produção em lotes, entrega no justo tempo – nucleado pela qualificação, flexibilidade e motivação da força de trabalho” (*Id.*). Em uma visão atualizada, segundo Santana (2008, p.20), “passam a estar presentes, no dia-a-dia das pessoas, temas como flexibilização, desregulamentação, empregabilidade etc.”.

Numa visão mais crítica acerca da globalização da produção dos bens de consumo e do trabalho, trago o que afirmam Pochmann (1999, p.10) e Antunes (1999). O primeiro argumenta que “se por um lado essa flexibilização pode ser entendida como funcional à emergência deste novo paradigma tecnológico e produtivo, por outro lado é resultado do processo de concorrência desregulada promovido com a *modernização conservadora*”. O segundo, numa visão mais voltada ao trabalhador, afirma que é

A partir dos anos 70 [século XX, que] a sociedade capitalista, em escala global, vem apresentando tendências muito acentuadas. O chamado padrão de acumulação taylorista-fordista que dominou o capitalismo do século XX – através de indústrias de produção em série, operários em massa, linhas produtivas rígidas e produtos homogêneos, indústria verticalizada com forte separação entre quem elabora e quem executa – este padrão produtivo que dominou o século XX começou a ser posto em questionamento; com a crise aberta a partir dos anos 73-74 nasceu a chamada empresa ‘da nova era’, a empresa informacional, a empresa da era da tecnologia avançada, da era microcomputacional, a empresa flexibilizada, a *lean production*, a empresa enxuta (ANTUNES, 1999, p.61).

No mundo do trabalho, sob o ponto de vista do ser humano trabalhador, há “um bilhão de homens e mulheres que se encontram precarizados, que não têm trabalho ou que se encontram desenvolvendo trabalhos parciais, trabalhos sub-remunerados” (ANTUNES, 1999, p.60). Acerca desses modos de trabalho, Santana (2008, p.21) recorda que num passado não muito distante essas eram “consideradas atípicas, [mas que] passaram a ser a regra”. Neste sentido, na compreensão de Antunes (*op. cit.*, p.62), “vivencia-se a ‘globalização’ da miséria, da precarização do trabalho, em escala cada vez maior”.

Ainda, na visão de Antunes (*op. cit.*, p.63), “o momento contemporâneo” é “mais especulativo e menos produtivo, especialmente em um ciclo de crise capitalista, onde os capitais migram para atividades improdutivas e especulativas” em outros termos, vale mais a aplicação dos recursos financeiros em investimentos de altos riscos e *online* do que em produtos ou serviços concretos. Entretanto o período contemporâneo não elimina o trabalho, o “reduz, fragmenta, complexifica, heterogeneiza e intensifica as formas de exploração do trabalho. Por isso ele pode botar milhões de pessoas no monumental exército industrial de reserva” (*Id.*).

Ao afirmarem que estão ocorrendo mutações no mercado do trabalho (LIMA, 1999, ANTUNES, 1998; 1999), o segundo enumera seis tendências contemporâneas do mundo do trabalho, quais sejam: redução do operariado tradicional, manual herdeiro da época taylorista-fordista; terceirização de serviços que oferece a outras empresas todos os tipos de trabalhadores sem carteira assinada nem direitos sociais ou previdenciários; enorme incremento do trabalho feminino no mercado de trabalho; aumento muito grande no número dos trabalhadores assalariados médios; exclusão dos jovens e dos idosos no mercado de trabalho; e, quanto mais se excluem os jovens e os idosos, incrementa-se e introduz-se criminosamente o trabalho infantil.

Além dessas tendências para o mercado de trabalho, Antunes e Alves (2004, p.339) acrescentam a “crescente expansão do trabalho no “Terceiro Setor” representado pelo trabalho voluntário, atividades de “caráter assistencial, sem fins mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado” (*Id.*); “expansão do trabalho em domicílio” (p. 340) em várias partes do mundo, através da “telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo” (p.340-341); e, por fim, internalização do capital e dos trabalhadores. Segundo os autores, a classe trabalhadora, ou seja, a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1998, 1999; ANTUNES e ALVES, 2004) terá que se adequar às novas transformações e às racionalizações do novo modelo produtivo denominado de “toyotismo” (ANTUNES e ALVES, 2004, p.345), qual seja, um modelo de “fábrica racionalizada” (*Id.*), onde aproveita o potencial intelectual dos funcionários e “da capacidade cognitiva, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária” (p.347).

Saber trabalhar em equipes também é muito valorizado neste modelo que vem substituir o taylorista-fordista.

Para aqueles que pensavam que as novas tecnologias iriam substituir a mão-de-obra do trabalhador, Antunes (1999, p.69) afirma que “é evidente que a redução do trabalho e o incremento tecnológico não implica na eliminação do trabalho, mas em formas mais complexas de interação entre trabalho e ciência”, pois, apesar da automação, precisa, ainda, da força do trabalho humano para manejar as máquinas ou o computador e acompanhar o desempenho desejado da produção. Na sequência de sua argumentação, o autor afirma que “não acabou o trabalho. O capital, na era da sua reestruturação produtiva, sabe como explorar essa força de trabalho, diminuindo, fragmentando, intensificando, reduzindo ao limite, mas não podendo eliminar o trabalho humano” (ANTUNES, 1999, p.70). Seguindo seu raciocínio, o autor conclui que estamos avançando em direção “a uma maior intelectualização do trabalho manual” e, por outro lado, a uma “maior precarização do trabalho” (*Idem*), como o conhecemos.

Numa outra visão sobre o momento, especificamente acerca do trabalho, Bendassolli (2007, p. 20), enfatiza que “a atividade industrial vem demonstrando sinais de regressão quando comparada à capacidade econômica do setor de serviços” e, “paralelamente às transformações nas matrizes de geração de riqueza, observamos a emergência de novos arranjos de trabalho” (*Id.*), sobretudo “o trabalho do tipo autônomo-informal [...], os empregos no chamado mercado virtual, onde a flexibilidade é intensa” (*Id.*).

Para Bendassolli (2007, p.21), o trabalho considerado como instituição social sofreu, desde a década de 1970, vários “ataques” que promoveram sua mudança. O autor enumera três deles. O primeiro foi “a substituição do trabalho humano pelo trabalho realizado por máquinas cada vez mais sofisticadas e por estruturas de comunicação altamente eficazes” (*Id.*); o segundo: ataques políticos neoliberais com a “falência progressiva do Estado previdenciário e seus modelos de regulação, deslocando aos indivíduos a tarefa de cuidar de sua própria ‘empregabilidade’ e inserção social” (*Id.*); e, o terceiro, “as pressões para uma especialização flexível da força de trabalho, pressões essas patrocinadas pelas mudanças nos padrões produtivos e de consumo que passaram a exigir novas competências e desempenho

profissional” (*Id.*). Estes “ataques desinstitucionalizantes pelos quais o trabalho passou ao longo das últimas quatro décadas” deixaram sua “natureza institucional ‘fraca’” (*Id.*), diferente daquela quando dos tempos considerados taylorista-fordista, paralelamente ocorreu o enfraquecimento das estruturas da modernidade, numa visão pós-moderna.

Bendassolli (2007, p.24) coloca que a partir da Revolução Industrial europeia até a metade do século XX, o trabalho é tratado como “categoria objetiva e subjetiva chave” e que “os indivíduos” o consideram como a principal referência “para a definição de suas identidades” (*Id.*). Em vista da descaracterização do trabalho nas últimas décadas em que o colocava como centro da identidade dos sujeitos, perde-se os referenciais epistemológicos, e causa a insegurança e a ambiguidade de que autores da contemporaneidade, como o principal expoente Zygmunt Bauman. Bauman (1998, p.21) refere que em um mundo em constante “movimento, a angústia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária – preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana”. Para preencher os vazios, há o mercado consumidor, que seduz constantemente por sua renovação

Tem que mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a ‘sujeira’ da pureza pós-moderna (*Ibidem*, p.23).

O autor nos leva a pensar nos consumidores que não são capazes de seguir o que o mercado indica, por diversos fatores, tais como os atrativos do mercado, pois são “pessoas incapazes de ser ‘indivíduos livres’ conforme o senso de ‘liberdade’ definido em função do poder de escolha do consumidor”. (*Id.*, p.24). Para o mercado consumidor, eles são “objetos fora do lugar” (*Ibidem*), por não estarem de acordo com a maioria, ou com os demais consumidores. Para que o mercado se livre desses chamados “consumidores falhos” (*Id.*), há dispositivos instalados por toda a parte para coibir sua circulação nos grandes centros comerciais, “câmaras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas fortemente armados” (*Id.*). A chamada sociedade de controle monitorando cada indivíduo em seu ser-estar no mundo. Portanto, o autor

questiona se “a liberdade é uma benção ou uma maldição?” (BAUMAN, 2001, p.26). Na tentativa de responder recorro a Larrosa (2000, p.334) porque, para ele, “talvez possamos dizer que a liberdade só aparece quando o próprio sujeito se percebe com não-fundado, como carente de qualquer fundo ou de qualquer fundamento, como desprovido de qualquer razão ou de qualquer princípio que pudesse dar conta dele”. E, quando o sujeito age por conta própria, mas dentro da considerada normalidade das pessoas, quer dizer que o sujeito, para ter liberdade, tem a oportunidade de criticar, por exemplo, a ordem posta de consumir e exercer seu livre arbítrio, porque não há determinação para a liberdade, ela também não é engessada, e

talvez a liberdade não seja outra coisa senão aquilo que acontece nessa experiência, na experiência dessa falta de fundamento, do princípio ou de razão, na experiência de um ser que não pode dar nada por fundado, nem seu saber, nem seu poder, nem sua vontade, nem sequer a si mesmo, e que, justamente por isso, salta para fora de tudo o que o mantinha seguro e assegurado, dono de si, idêntico a si mesmo (LAROSSA, 2000, p.334).

E tal liberdade requer que o sujeito possa se sentir (des) orientado de seu rumo, ou do trajeto que vinha tendo, que o mantinha seguro e agora, nas ações do presente, se encontra pulverizado, no sentido de espalhado de não ter uma única referência que satisfaça suas necessidades do aqui, do agora e do amanhã. E esta também não se encontra engessada, pode mudar também conforme o presente e suas novas experiências vivenciadas, portanto, o amanhã, nessa perspectiva, é considerado móvel.

Nessa mesma direção, Bauman (2008, p.35) argumenta que “o ingrediente crucial da mudança é a nova mentalidade de ‘curto prazo’ que veio substituir a de ‘longo prazo’”. Trazendo essa discussão ao tema da presente reflexão, o autor nos adverte que os trabalhadores estadunidenses “com um nível moderado de educação espera mudar de emprego pelo menos onze vezes durante a vida – e essa expectativa de ‘mudança de emprego’ certamente continuará crescendo antes que a vida laboral da atual geração termine” (*Id.*). Hoje, para as questões referentes ao trabalho, segundo o autor, a palavra fundamental é “flexibilidade” e, “quando aplicado ao mercado de trabalho significa fim do emprego ‘como o conhecemos’, trabalhar com

contratos de curto prazo, contratos precários ou sem contratos, cargos sem estabilidade e com cláusulas de ‘até novo aviso’” (BAUMAN, 2008, p.35-36).

Os dispositivos de controle apontados acima e as novas dinâmicas de ação do mercado de trabalho, podem causar, de modo geral, uma volatilidade de sentimentos, pois “a vida está a ponto de adquirir um formato novo, mas imprevisível” (BAUMAN, 2000, p.148). Isto porque o futuro é um estado de incertezas, de instabilidades e de inseguranças em relação ao bem-estar do sujeito em geral e, de certa forma, não há previsibilidade porque o mundo está incontrolável. E, ao contrário de se “reconstruir [um] ‘outro mundo’, não fazemos mais que *construir* ‘o outro’ do nosso próprio mundo” (BAUMAN, 1999, p.13), em outros termos, mudam-se algumas situações ou práticas, mas nem o todo e nem a essência das relações são modificadas, permanecem por vezes inalteradas, apesar das constantes mudanças nas relações e das suas ambiguidades. Nessa mesma direção, no entender do autor, “a vida laboral está saturada de incerteza” (BAUMAN, 2008, p.36) e ela é “uma poderosa força individualizante. Ela divide em vez de unir” (*Id.*). Os “medos, ansiedades e tristezas são feitos de tal modo que devem ser sofridos sozinhos” (*Id.*) por cada sujeito, tendo em vista que eles não são vividos por todos de modo igual, e nem tem o mesmo endereço simultaneamente. Tal fato “priva a postura solidária de seu status passado de tática racional e sugere uma estratégia de vida bem diferente daquela que levou ao estabelecimento das organizações militares da classe trabalhadora” (*Ibidem*, p.36-37), ou seja, além das questões de trabalho, as relações sindicais também modificaram e se tornaram mais individualizadas e o aperfeiçoamento é recomendável que seja constantemente, pois ele:

não é mais um empreendimento coletivo, mas individual; são os homens e as mulheres individuais que a suas próprias custas deverão usar, individualmente, seu próprio juízo, recursos e indústria para elevar-se a uma condição mais satisfatória e deixar para trás qualquer aspecto de sua condição presente de que se ressentam (BAUMAN, 2001, p.155).

Entretanto, para o mesmo autor (*op. cit.*, p.149), “a memória do passado e a confiança no futuro foram até aqui os dois pilares em que se apoiavam as pontes culturais e morais entre a transitoriedade e a durabilidade, a mortalidade humana e a

imortalidade das realizações humanas, e também entre assumir a responsabilidade e viver o momento”. De modo geral, as relações interpessoais de consumidores são vistas por Bauman (2004, p.21-22) como uma prática imediatista e ocorre “numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro”.

Ou o que vem depois é “mais estimulante do que o que a que estamos vivendo atualmente” (*Ibidem*, p.19), porque o que tenho agora não mais me satisfaz e busco, sem rumo previamente definido, à procura de algo melhor, que satisfaça meus desejos mais íntimos, mais secretos, pois o que virá será radiante e mais estimulante do que foi o anterior e o que está sendo o agora, embora, no início da jornada, não tenha bem claro o que procuro.

Os sentimentos como “mal-estar, insegurança e medo são apenas alguns dos exemplos de sintomas mais comuns da relação homem-trabalho em nossos dias” na reflexão de Bendassolli (2007, p. 25). Além desses a ambiguidade que sentimos hoje em vários setores do convívio social. Todos eles estavam presentes no Iluminismo e são fruto de “poderosas forças que fizeram mover os homens modernos [dentre elas] estava a crença de que através da razão eles poderiam atuar sobre a natureza e a sociedade na direção de uma vida satisfatória para todos” (FRIDMAN, 2000, p.9). Estes sentimentos também acompanharam o ser humano durante o período denominado modernidade (FRIDMAN, 2000). Por conseguinte, essas não são características exclusivas desse período em que estamos vivendo, não podem ser o único argumento para designar a mudança ou incorporação de novas idéias ou modos de pensar. Hoje neste período da história da humanidade, alguns autores afirmam que vivemos numa época além da modernidade, em busca de outros paradigmas existenciais, na pós-modernidade. Por esse motivo, sugerem, possuímos tantos sentimentos adversos, tantas incertezas e ambiguidades.

Neste grande processo transitório por qual passamos na atualidade, a “globalização induz a pensar um mundo unificado, onde as diferenças se diluem. Diferenças culturais, sociais e econômicas que impossibilitam o homem a absorver, em curto espaço de tempo, tantas mudanças” (BATISTA, 1999, p.31). E com o espaço de tempo ficando cada vez menor, “os valores culturais e as tradições perdem suas

funções estabilizadoras e mediadoras, e o sujeito, mergulhado num mundo que visa à homogeneidade, silencia sua fala e desaparece na indiferenciação” (*Id.*). Tal momento “nos leva a pensar na organização subjetiva do sujeito na contemporaneidade que, desterrado do seu *eu*, na sua alteridade, tenta, através de artifícios, silenciar suas angústias” (*Id.*, p.33), uma vez que o sujeito precisa agir de modo diferente para encontrar seu espaço no tempo atual e preencher seu vazio existencial. Entra, nesse estado de viver, o sentimento de desejo ou a procura de algo que não sabe ainda o que encontrar.

Acerca do desejo, Ruiz (2004, p.72-73) afirma que “no modelo de subjetivação implementado pela modernidade, o desejo do indivíduo é um *locus* produtivo; considerando como o princípio básico da sua autonomia, o desejo não mais deve ser reprimido, deve ser fabricado”, ou seja, os desejos de cada sujeito devem ser incentivados a fim de que a pessoa siga seus objetivos. E cada um dos desejos que o sujeito dessa sociedade possuir “não é visto” (*Ibidem*, p.73), no entender do autor, “como princípio de subversão da ordem, mas como espaço privilegiado de sua reprodução” (*Idem*), por esse motivo “a ordem se produz e se reproduz no exercício do desejo de cada indivíduo; eis por que, para a nova ordem, é prioritária não a repressão do desejo, mas seu controle” (*Id.*). A realização dos desejos mais íntimos de cada indivíduo é, segundo esse ponto de vista, incentivada pela própria ordem de modo cada vez mais subjetivamente e sem que o sujeito perceba que está reproduzindo a ordem dita natural da sociedade. “A noção liberal vinculou estreitamente a liberdade ao desejo, de tal modo que o desenvolvimento dos desejos coincide com a prática da liberdade” (*Id.*) que cada sujeito exerce a todo instante. No entender de Soares (2011, p.49) a “sensação de liberdade pode ser uma ilusão em tempos de liberdade excessiva” e, pode ser dito categoricamente que a “fabricação do desejo do indivíduo que se tornará o alvo privilegiado dos dispositivos de subjetivação das sociedades modernas, de tal modo que o indivíduo, ao realizar o que deseja, consiga desejar aquilo que as estruturas sociais demandam” (RIUZ, *op. cit.*, p.73). Nesta perspectiva, “a fabricação do desejo se transformou num espaço estratégico de poder” (*Id.*) e de subjetivação. E, ainda, “o desejo é a dimensão da subjetividade onde se forja o querer da pessoa. A importância do desejo na constituição da subjetividade se compreende quando percebemos que é o desejo que

dimensiona a prática do sujeito” (*Id.*). Por extensão, nesta perspectiva, “aquilo que o sujeito deseja, o seu querer, é, para ele, o horizonte de sua prática de liberdade; ele vai se perceber como sujeito livre na medida em que consiga levar a bom termo os seus desejos” (*Id.*). A busca do sujeito requer a prática da liberdade, direciona às ações muito particulares do próprio sujeito que estão conectadas com as de outros sujeitos e, numa corrente progressiva, em diversificados membros da sociedade.

Por fim, na perspectiva do capitalismo, o mesmo encontra-se em transformações. Cêa (2007, p.27), aponta que esta é uma “condição de sua manutenção histórica”, pois “a formação humana se apresenta como um dos espaços da interseção daquelas dimensões (econômico e político), cujo objetivo é conferir previsibilidade, na medida do possível, às atitudes do ser social crivado pelo valor” (*Id.*). Em uma análise da realidade, a autora afirma que “neste momento de transição entre os séculos XX e XXI, são inúmeras e de distintas qualidades as grandes alterações históricas, em todos os setores da vida social, da objetividade material à subjetividade humana” (*Id.*) como apontado acima.

A fim de acompanhar o desenvolvimento e transformações do capitalismo atual, as questões relacionadas à formação do trabalhador “vão crescendo de importância” (*Id.*), tendo em vista a complexidade do tema. Não se resolverá os problemas existenciais da atualidade, nem as incertezas da humanidade, porém, há que se fazer um esforço para compreender a dinâmica social e institucional das instituições em movimento. Os autores que trouxe para conversar, na presente reflexão, corroboram com tais movimentos. Fundamentalmente, são minha fonte de inspiração nessas conversas acadêmicas, indicando caminhos nunca percorridos, ultrapassando fronteiras amalgamadas com a cultura local e global.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Crise e poder**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 11).
- _____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- _____. O mundo do trabalho em mutação. **Estudos Leopoldenses, Série Ciências Humanas**, v.35, n.155, p.59-72, 1999.

_____; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v.25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

BATISTA, Tereza M. Meirelles. Mal-estar de fim de século: qual será nossa saída? **Revista Symposium – Nova Fase**, a.3, n. esp., p.29-33, jul. 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Roberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**: Insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007. (Coleção Management, 3).

BRUNETTI, José Luiz A. Globalização: tensões e limites. **Cadernos da FACECA**, Campinas, v.4, n.1, p.42-53, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/index.asp>>. Acesso em: 14 maio 2008.

CÊA, Geórgia Sobreira dos Santos (Org.). **O Estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir de 1990. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2007. p.21-31.

DÍAZ, Esther. **Posmodernidad**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Tradução da versão inglesa de Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FERNANDEZ, Fernando Negret. Território, Globalização e Desenvolvimento Regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.2, p.36-55, maio/ago 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/258/202>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens pós-modernas**: configurações institucionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GARRIDO, Luis Javier. Novas reflexões sobre a crítica do neoliberalismo realmente existente. In: CHOMSKY, Noam; DIETERICH, Heinz. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 1999. p.9-25.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v.22, n.2, p.15-46, jul./dez. 1997.

LARROSA, Jorge. A liberdade da liberdade. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 328-335.

LIMA, Gilson. A crise da centralidade do mundo do trabalho. **Estudos Leopoldenses, Série Ciências Humanas**, v.35, n.155, p.73-85, 1999.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Economia).

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p.475-501.

RUIZ, Castor Barlolomé. Os dispositivos de poder da sociedade de controle e seus modos de subjetivação. **Filosofia Unisinos**, v.5, n.9, p.61-98, jul./dez. 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho. **IHU on-line**, n.256, p.20-22, 2008. Disponível em <<http://www.unisinos.br/ihu>>. Acesso em: 13 maio 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: _____ (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p.25-102.

SOARES, Frederico Fonseca. Neoindivíduo: questões sobre a liberdade na modernidade líquida. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v.1, n.2, p.48-70, 2011.